

Cesp Paraná

A bola da vez



Je
Jornal do
Engenheiro

Divulgação

Ressuscitando as privatizações dos anos 90, Governo do Estado anuncia que pretende levar a geradora, única ainda sob controle público paulista, a leilão no início de 2008. Técnicos do setor alertam para consequências da decisão, que pode novamente comprometer o fornecimento, a qualidade dos serviços e aumentar tarifas.

Página 5



UM PLANO DE C&T QUE PODE AJUDAR O BRASIL A CRESCER

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

SAIU EM 20 DE NOVEMBRO o esperado Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010, ou o PAC da C, T&I. O investimento total previsto é de R\$ 41,2 bilhões, que devem ser aplicados em quatro eixos centrais: a expansão e consolidação do sistema de ciência, tecnologia e inovação; a promoção da inovação tecnológica nas empresas; a pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas e a ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social.

Ao anunciar o programa, o ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, ressaltou a relevância da inovação tecnológica e da formação de recursos humanos. “Acredito que será um indutor no desenvolvimento nacional e que vai promover um grande incremento na formação da mão-de-obra especializada e estimular a incorporação da inovação na agenda empresarial.” Entre as ações nesse sentido a ampliação do número de bolsas de mestrado e doutorado, assim como a elevação do valor pago aos pesquisadores. Entre as principais áreas beneficiadas está a engenharia. O plano também concederá benefícios fiscais a

empresas que apoiem projetos de pesquisa, universidades e institutos.

Nos setores considerados estratégicos incluem-se biotecnologia, nanociências, as tecnologias da informação, comunicação e digitais, incluindo a TV, a indústria de eletrônica e de semicondutores, ações em energias renováveis, hidrogênio, petróleo, gás e carvão mineral, biodiversidade e recursos naturais, além dos programas espacial, nuclear e a defesa nacional.

Não por acaso as diretrizes são bastante convergentes com as propostas do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” (www.crescebrasil.com.br), lançado pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) em 2006. Preocupação central da categoria presente no manifesto, a área de C&T era uma lacuna no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) anunciado no início do ano. O problema foi apontado pela federação na publicação “O Cresce Brasil e o PAC” e demonstrado ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, em encontro realizado na sede do SEESP, em maio último. Depois, a entidade teve a oportunidade de dar a sua contribuição para a elaboração de propostas de ação no setor em audiência com o ministro da Ciência e Tecnologia, em 4

Convergente com as propostas defendidas pelos engenheiros, o PAC da C,T&I é ferramenta importante para o desenvolvimento. Precisa agora ser implantado efetivamente.

de junho. Na ocasião, juntamente com dirigentes da entidade e os consultores do “Cresce Brasil”, Carlos Monte e Marco Aurélio Cabral Pinto, pudemos apresentar as sugestões dos engenheiros.

Pensado como forma de forjar um Brasil soberano, o programa de C&T indicado pela FNE coloca ênfase no fortalecimento do capital nacional. Para tanto, exige-se a implementação de política industrial adequada, tendo como grande desafio a indução da inovação nas empresas. Defende que o Governo aposte em tecnologias integradoras, como a aeroespacial, a microeletrônica, a digital, os biocombustíveis, a energia nuclear e a biotecnologia. Outro ponto é a necessidade de aumentar o número de engenheiros, assegurando qualidade em sua formação.



JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy; **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Aftienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Antonio Roberto Martins, Fernando Palmezan Neto, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Edilson Reis, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Maxwell Wagner Colombini Martins, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. **Colaboração:** Delegacias Sindicais. **Editora:** Rita Casaro. **Repórteres:** Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Kleber Gutierrez. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Revisora:** Soraya Misleh. **Apoio à redação:** Lucélia de Fátima Barbosa. **Sede:** Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. **E-mail:** imprensa@seesp.org.br. **Site:** www.seesp.org.br. **Tiragem:** 23.000 exemplares. **Fotolito e impressão:** ANATEC ASSOCIAÇÃO DE PUBLICAÇÕES. **Folha Gráfica. Edição:** 1º a 15 de dezembro de 2007. **Artigos assinados** são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



INTERCÂMBIO TÉCNICO AJUDA NA REELABORAÇÃO DA NR 10

Aguinaldo Bizzo de Almeida e José Manoel Teixeira

A CONVITE DA Ideal Work, visando intercâmbio e aprimoramento técnicos nas questões relativas à SST (Segurança e Saúde do Trabalho), bem como analisar os critérios adotados nos Estados Unidos para definição e utilização de vestimentas FR (resistentes a chama) para os profissionais do setor elétrico, membros da bancada dos trabalhadores do GTT – NR 10 (Grupo de Trabalho Tripartite de revisão da NR 10 - Norma Regulamentadora de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) efetuaram visita técnica àquele país. Entre eles, o representante do SEESP.

O objetivo foi buscar subsídios para a elaboração de norma técnica nacional sobre o assunto, visto que entre as principais alterações promovidas pelo novo texto da NR 10 está a obrigatoriedade do uso de vestimentas de proteção ao risco de arco elétrico, conforme item 10.2.9.2. Atualmente, devido à lacuna na normalização brasileira para a correta definição desse EPI (Equipamento de Proteção Individual), torna-se necessária a utilização das regras internacionais, sendo a referência a NFPA 70E, dos Estados Unidos.

Assim, no período de 10 a 15 de novembro último, o grupo visitou na cidade de Chicago a Westex Inc., empresa referência nos EUA em tecidos resistentes FR. Lá, os técnicos brasileiros puderam acompanhar todo o processo de fabricação desse material, que também é usado pela Ideal Work no Brasil. Reuniram-se ainda com profissionais representantes sindicais na sede do NJATC (*National Joint Apprenticeship & Training Committee for the Electrical Industry*) e membros da NFPA (*National Fire Protection Association*), na cidade Upper Marlboro, no Estado de Maryland, para discussão da participação dos empregados e sindicatos nas questões de SST e ainda para análise dos

critérios adotados para definição de vestimentas FR. O contato foi extremamente relevante, tendo em vista que a NJATC foi criada há 58 anos e é um dos maiores centros de treinamentos de principiantes do setor elétrico, tendo capacitado mais de 300 mil eletricitas. A instituição tem como associados dois dos maiores sindicatos dos EUA, a Neca (*National Electrical Contractors Association*) e o Ibew (*International Brotherhood of Electrical Workers*).



No dia 15, houve a visita técnica à conEdison (*Consolidated Edison Company*), empresa de distribuição de energia elétrica, na cidade de Long Island, no Estado de Nova Iorque, onde reuniram-se com profissionais da área operacional e representantes sindicais, verificando-se mais uma vez o processo realizado para a escolha das vestimentas FR. No centro de aprendizado da empresa, acompanharam o processo de treinamento dos empregados da área elétrica, incluindo o resgate em espaço confinado, como galerias subterrâneas.

O resultado da viagem foi excelente, propiciando aprimoramento técnico quanto à atuação dos empregados na gestão de SST no setor elétrico, bem como esclarecimentos junto aos órgãos normativos que nos subsidiarão na elaboração da nossa norma técnica, assegurando aos trabalhadores proteção adequada e conforto, evitando-se que EPIs inadequados sejam comercializados no Brasil.

Outro ponto fundamental da viagem foi constatar a participação efetiva dos empregados nas questões de SST, por intermédio dos sindicatos. Como resultado, nota-se também que há política de consequências rigorosa, assegurando que a legislação e as regras de segurança sejam respeitadas e, em decorrência, a vida e o bem-estar dos trabalhadores garantidos.

Aguinaldo Bizzo de Almeida é engenheiro eletricitista e de Segurança do Trabalho e consultor técnico.

José Manoel Teixeira é engenheiro de Segurança do Trabalho, diretor do SEESP e membro do Conselho Deliberativo da Arsesp (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) indicado pelo sindicato.

FORÇA



Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Apareça! Anuncie aqui

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Consulte a tabela de preços do JE.

Relações Institucionais

(11) 8179-8851

(11) 8864-8868



Barretos aposta em incentivo para crescer

Rita Casaro

CRIADO EM DEZEMBRO de 2006 e em funcionamento desde o início deste ano, o Proindeb (Programa de Incentivos para o Desenvolvimento das Atividades Econômicas no Município de Barretos) tornou-se o grande alavancador da expansão econômica na cidade.

Pelo programa – agora incluído na Lei Complementar 84, que estabelece critério de incentivo às pequenas e microempresas e foi votada em 22 de novembro último – os beneficiados recebem áreas de 3 mil m² a 24 mil m² no distrito industrial e ganham isenção de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e devolução de parcela do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). As vantagens fiscais vão de sete a dez anos. Já a cessão dos lotes é feita precariamente, com prazo de dois anos para construção e início das atividades. Cumprida a obrigação, a empresa recebe a escritura definitiva. “Isso é para evitar que se utilize o benefício e depois venda o terreno”, explica o secretário municipal de Indústria, Comércio e Agricultura, Roberto Arutim.

Conforme a legislação, podem ser incluídos no Proindeb, a depender de aprovação do Congeder (Conselho de Desenvolvimento

Econômico para Geração de Emprego e Renda), “os projetos de implantação, ampliação, modernização, realocação e reativação de empreendimentos, que tenham fins industriais, agroindustriais, de prestação de serviços e de comércio que garantam o aumento da demanda de mão-de-obra e da arrecadação pública”.

Assim, resume o secretário, o objetivo é ampliar a atividade econômica na cidade e gerar emprego. Já tendo feito cerca de 20 doações – em 11 está sendo finalizada a construção das novas instalações –, ele comemora o sucesso do programa: “Tranqüilamente, essas empresas, quando estiverem operando, vão criar 400 a 600 novos postos de trabalho.” Animado com o sucesso, Arutim pretende estender a iniciativa para outras áreas quando os 72 alqueires do distrito industrial estiverem totalmente tomados. “É raro o dia em que não atendo um empreendedor. Até julho, não terei mais terrenos, tamanha a procura. Quando isso acontecer, vamos desapropriar mais lotes à nossa volta para continuar a crescer. Não podemos perder a vocação que Barretos quer consolidar como um pólo regional de tecnologia”, afirma.

De vento em popa

O otimismo do secretário municipal é confirmado pelos usuários do Proindeb. Carlos Alberto Monteiro, proprietário da BR Indústria, Comércio de Peças e Ferramentas para Motos, a Moto Brasil, conseguiu uma área de 8 mil m², na qual poderá reunir toda a sua linha de produção, hoje espalhada em cinco endereços alugados. “Para mim, foi excepcional. O meu maior problema era concentrar tudo num único local e o espaço físico era um limitador para que eu pudesse expandir

A cidade em números

Área total ¹	1.570km ²
Orçamento (2008) ²	R\$ 208.628.000,00
População (2006) ¹	110.291
Analfabetismo (acima de 15 anos/2000) ¹	6,40%
Saneamento básico ³	100% de abastecimento de água, 99% de esgoto coletado e, desse, 100% tratado
Mortalidade infantil (por mil/2006) ¹	15,02
IDH-M (2000) ¹	0,802
Rendimento médio (2005) ¹	R\$ 787,90

Fontes

1 Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados)

2 Secretaria Municipal de Finanças

3 Saab (Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barretos)

o negócio. Depois disso, consegui homologação junto a outras fábricas”, conta o empresário, cuja atividade consiste em montar oficinas especializadas de motocicletas. Atualmente com 26 funcionários, ele afirma que, assim que terminar a primeira fase da construção, dobrará esse quadro. Sua expectativa é aumentar o faturamento, hoje de R\$ 300 mil mensais, em 30% a 40%.

Na área de produção de fertilizantes, a Embrafós, instalada numa área de 13 mil m², recebeu mais 11 mil m², e a All Plant, 5 mil m², dobrando sua planta. “Tínhamos 30 funcionários e já temos 60 e, em 2008, certamente contrataremos mais gente”, conta Marta Bampa, sócia das duas empresas. Com a ampliação, a produção saltou de 3.600 toneladas, em 2006, para 10 mil neste ano. No próximo, deve atingir a marca de 18 mil toneladas.

Moto Brasil



Máquinas trabalham na construção das novas instalações da Moto Brasil conseguidas pelo Proindeb.

DELEGACIAS DO SINDICATO – **ALTA MOGIANA:** Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. **ARACATUBA:** R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. **ARARAQUARA:** R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. **BAIXADA SANTISTA:** Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. **BARRETOS:** Av. Cinco, nº 1.145 – CEP: 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. **BAURUR:** R. Domiciano Silva, 6-47 – CEP: 17014-031 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: bauru@seesp.org.br. **BOTUCATU:** R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. **CAMPINAS:** R. Antônio Lapa, 1.162 – CEP: 13025-242 – Tels.: (19) 3251-8455 / 4220 – Fax: (19) 3251-8996 – E-mail: campinas@seesp.org.br. **FRANCA:** R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. **GRANDE ABC:** R. Antônio Bastos, 664 – Santo André – CEP: 09040-220 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. **GUARATINGUETÁ:** R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. **JACAREÍ:** Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. **JUNDIAÍ:** R. Marechal Deodoro da Fonseca, 51 – CEP: 13201-002 – Tel.: (11) 4522-2437 – Fax: (11) 4521-4825 – E-mail: jundiaiseesp@terra.com.br. **LINS:** Trav. Guanabara, 39 – CEP: 16403-057 – Tel./Fax: (14) 3523-2890 – E-mail: lins@seesp.org.br. **MARÍLIA:** R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. **MOGI DAS CRUZES:** R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – Tel.: (11) 4726-5066 – E-mail: seesp.mogidascruzes@terra.com.br. **PINDAMONHANGABA:** R. Dr. Rubião Junior, 192 – 2º andar – sala 25 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. **PIRACICABA:** R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. **PRUDENTE:** R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: prudente@seesp.org.br. **RIO CLARO:** R. Cinco, 538 – sala 3 – CEP: 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. **SÃO CARLOS:** R. Geminiano Costa, 36 – CEP: 13560-050 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:** R. Santa Elza, 231 – CEP: 12243-690 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seepsjc@vivax.com.br. **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO:** R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tels./Fax: (17) 3232-6299 - 231-2544 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. **SOROCABA:** R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. **TAUBATÉ:** Rua Juca Esteves, 35 – CEP: 12080-330 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: seespptaubate@vivax.com.br.

GOVERNO QUER PRIVATIZAR CESP EM 2008

Soraya Misleh

REMANESCENTE DAS desestatizações que marcaram o setor elétrico paulista nos anos 90, a Cesp Paraná (Companhia Energética de São Paulo) é a bola da vez. O assunto veio à tona após tornar-se pública, ao final de setembro, a meta do Executivo paulista de proceder, sob a coordenação da Secretaria da Fazenda, a análise de ativos do patrimônio que restou em suas mãos – 18 empresas no total, incluindo a geradora em questão.

“Sua pretensão é gastar cerca de R\$ 20 milhões para avaliação e pensar a modalidade de privatização. Estamos questionando isso, achamos um desperdício de dinheiro público”, informa o deputado estadual Simão Pedro (PT).

No que concerne à Cesp, o Governo do Estado já anunciou a possibilidade de privatizá-la em 2008 – não obstante, a secretária de Saneamento e Energia, Dilma Seli Pena, procurada pela reportagem do **JE**, não quis se pronunciar sobre o assunto. “Ao abrir mão da geradora, desiste de importante instrumento de indução do desenvolvimento”, alerta o

Ao retomar a idéia, Governo ignora caráter estratégico da energia e conseqüências das desestatizações no setor.

presidente do SEESP, Murilo Celso de Campos Pinheiro. Além disso, a justificativa de que a escassez iminente indicaria momento oportuno para a venda revela, na sua concepção, visão pautada na especulação – uma vez que a decisão levaria em conta a arrecadação com o leilão, ignorando o caráter estratégico da energia. A parte do Estado estaria avaliada em R\$ 5 bilhões, de acordo com a imprensa.

Ao retomar a idéia de privatizar a Cesp – abandonada em 2001, após o racionamento resultante da falta de investimentos no setor privatizado –, o Executivo ignora as conseqüências do modelo adotado. Segundo os dirigentes do SEESP que militam nessa área, entre elas estão a precarização dos serviços, com reflexo no aumento do número de acidentes de trabalho, demissão em massa de engenheiros e demais trabalhadores, piora no atendimento à população e aumentos extraordinários em suas contas de luz. Não por acaso, 62% do eleitorado brasileiro é contra a venda do patrimônio público – como apontou o jornal *O Estado de S. Paulo*, em reportagem publicada em 11 de novembro último.

O consultor José Gelázio da Rocha, engenheiro aposentado da Cesp, que atuou durante aproximadamente 35 anos junto à companhia, denunciou ainda outra face perversa das desestatizações no setor: o rompimento unilateral de acordo em que o Executivo se comprometia a pagar as complementações de aposentadoria, após as concessões. Os benefícios eram garantidos pela Fundação Cesp, que detinha 10% do capital da empresa, cujos dividendos seriam destinados para tanto. “Para poder privatizar, o Governo forçou-a a devolver as ações e as vendeu por R\$ 9 bilhões.” O corte nos pagamentos dos aposentados foi questão de tempo. “Hoje estamos recebendo em função de liminar”, lamenta o consultor.

Analfabetismo

Além do ônus aos trabalhadores e sociedade, lembram os dirigentes do SEESP, a necessária expansão do setor foi deixada de lado, assim como a manutenção preventiva. E o órgão regulador – a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) – não tem sido eficiente em fiscalizar o cumprimento dos contratos com as concessionárias. Ainda, empresas antes financeiramente saudáveis, como a própria geradora, tornaram-se altamente endividadas após as cisões resultantes do processo. Agora que foi saneada, é colocada à venda, indigna-se Gelázio.

Na ótica dos dirigentes do sindicato, a desestatização é, portanto, insistência no erro. O consultor concorda que esse modelo vai con-



Após o desmonte do setor elétrico, geradora é a bola da vez.

tra o interesse público. “A privatização, em vez de trazer recursos, fez chamar o capital estrangeiro e emprestar-lhe dinheiro, via BNDES (*Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*), para comprar um empreendimento que levamos 50 anos para construir. Desorganizou tudo e não colocou nada no lugar. Como, agora, esses caras me aparecem querendo vender a Cesp? O mínimo que posso dizer é que são analfabetos no assunto.” Ele lembra que a geradora foi o resultado da fusão de 11 empresas, patrimônio construído pelo Estado por falta de interesse do investidor privado no negócio da energia.

O sindicato promete fazer gestões junto ao Governo do Estado e aos órgãos competentes, como Ministério Público, para tentar impedir que, mais uma vez, essa história seja descartada. “Se avaliarmos que há ilegalidades no processo, vamos contestar judicialmente e apostar na mobilização dos trabalhadores do setor”, conclui Simão Pedro. Para Gelázio, ao invés de abrir mão da Cesp, o Governo deveria buscar unificar os serviços de eletricidade no Estado. O sonho seria uma empresa pública forte, com participação da iniciativa privada. “Seria responsável pela produção, transmissão e distribuição para uma economia maior que a da República Argentina. Infelizmente falta imaginação e competência. São primários.” Para os dirigentes do SEESP, a abertura a particulares investirem no segmento deveria se dar na necessária ampliação do sistema.



José Gelázio da Rocha: falta imaginação e competência.



Emenda sobre contribuição deve cair no Senado

Soraya Misleh

APÓS SER ANALISADO por quase um mês em três comissões da Casa, o Projeto de Lei Complementar 88/07, que reconhece as centrais sindicais, foi encaminhado em 27 de novembro ao Plenário do Senado para deliberação. Lá, devem ser rejeitadas ao menos em parte as alterações feitas no mês de outubro pela Câmara dos Deputados, quando votou a matéria incluindo emendas que constituem armadilhas e prejudicam o trabalhador.

Uma delas, de autoria do deputado Augusto Carvalho (PPS/DF), sob o verniz de que extinguiria o imposto sindical, na realidade produz desequilíbrio ainda maior nas relações capital-trabalho. Quem observa é o deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho (PDT/SP), já que a emenda tenta acabar com a contribuição aos representantes dos empregados, enfraquecendo-os, mas mantém a patronal intacta. Uma das impropriedades preocupantes do projeto, na visão do diretor de documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), jornalista Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, essa não extingue nem torna facultativo ou voluntário o imposto sindical, ao contrário do que tem sido propagado em relação ao tema. “Apenas exige autorização individual do empregado para o desconto em folha, criando enorme confusão.” Caso não dê o aval, o trabalhador terá que retirar a

guia no sindicato respectivo e depois efetuar o recolhimento em banco. Se não o fizer, complementa Toninho, poderá ser penalizado, com a não-representação da entidade em determinados assuntos ou sua retirada de causas judiciais. Ou ainda ser inscrito em dívida ativa, já que a contribuição sindical é obrigatória. “Criada em 1943, está prevista nos artigos 578 e 610 da CLT (*Consolidação das Leis do Trabalho*)”, constata o Diap.

Correção de rota

Para o diretor do órgão, portanto, a malfadada inclusão no projeto de lei não deve prosperar no Senado e há consenso sobre isso nas comissões que analisaram a matéria. Relator em uma delas, a de Assuntos Sociais (CAS), o senador Paulo Paim (PT/RS) endossa a afirmação e lembra que o PL 88/07 deve ser votado no Congresso Nacional ainda neste ano. “Estamos encaminhando relatório para que o assunto em questão seja tratado separadamente, em outro projeto a ser apresentado em 90 dias (*fevereiro de 2008*).” Esse vem sendo discutido por grupo de trabalho formado em 7 de novembro, do qual participam representantes do Ministério do Trabalho e Emprego e das cinco centrais – e já era previsto em acordo anterior à votação na Câmara. Deve contemplar, segundo Paim, regra de transição

da contribuição sindical para a negocial, essa última a ser deliberada em assembléia de trabalhadores. O relatório que apresentou menciona o protocolo de intenções assinado pelo ministro Carlos Luppi e as centrais. De acordo com Paulinho, nas negociações com o Executivo Federal, ficou definido fazer mudanças na estrutura sindical “ponto a ponto”, sempre no sentido contrário ao de retirar direitos. “Já garantimos o reconhecimento do trabalho no comércio aos domingos, vamos propor a regulamentação da terceirização, a criação do CNT (Conselho Nacional do Trabalho) e o reconhecimento dos delegados sindicais nas fábricas. Além de discutir a redução da jornada semanal de 44h para 40h.” Bandeira histórica do movimento, essa última será a principal reivindicação da IV Marcha da Classe Trabalhadora (*veja quadro sobre a iniciativa*).

Retrocesso x avanço

Outra emenda incluída no projeto, de autoria do deputado Antônio Carlos Panunzio (PSDB/SP), obriga as centrais à prestação de contas ao TCU (Tribunal de Contas da União). Conforme escreveu Toninho em artigo publicado no *site* do Diap, possui propósitos políticos, uma vez que não exige das entidades patronais que procedam dessa forma, as quais, “além do imposto sindical e do recebimento de expressivas somas de recursos públicos, ainda são remuneradas com parcela da contribuição compulsória recolhida em favor do sistema ‘S’”. Ele observa, contudo, que não há consenso no Congresso quanto à sua retirada do projeto de lei e a tendência é que permaneça no texto. A expectativa, como afirma Paim, é de construir entendimento de que “essa é questão redundante, uma vez que o TCU e o Ministério Público podem fiscalizar quando entenderem apropriado, e retirar o caráter arbitrário da medida”.

A comemoração fica por conta do reconhecimento das centrais sindicais. “É luta histórica dos trabalhadores brasileiros, desde os anos 30. Na prática, tais entidades existem desde a década de 80.” Paim avalia: “Significa um avanço.”

Sob o falso manto de extinguir o imposto sindical, proposta prejudica empregado e deve ser rejeitada no Congresso.

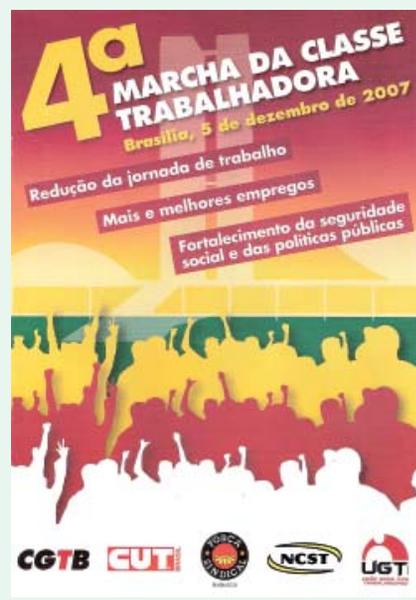
Trabalhadores marcham por direitos e empregos

Além da redução da jornada de trabalho – tema permanente na agenda dos movimentos –, mais e melhores empregos e o fortalecimento da seguridade social e das políticas sociais. Essas são as demandas das diversas categorias profissionais que pautam a IV Marcha da Classe Trabalhadora. Promovida pelas centrais sindicais, acontecerá no dia 5 de dezembro, em Brasília.

Quanto à diminuição de horas a serem trabalhadas, é vista como “um elemento de partilha dos ganhos do crescimento econômico que levam ao desenvolvimento”. As entidades lembram, afinal, que “vivemos uma realidade de extremos,

com muitas pessoas desempregadas e outras em longas jornadas”. Para corrigir essa distorção, sugerem uma série de medidas, tais como limitação de horas extras e extinção do banco de horas – além, é claro, da redução constitucional de 44h para 40h semanais.

Em defesa da criação de novos postos, propõem ações que vão desde o combate à precarização resultante da terceirização até incremento da formalização do mercado e fortalecimento dos mecanismos de proteção dos trabalhadores. No item relativo à seguridade, está na pauta garantir sistema de Previdência Social pública e universal.



Cursos Cursos Cursos Cursos Cursos Cursos Cursos

FRANCA

Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental)

Site: www.abesfranca.com.br

Telefone: (16) 3026-0881

• **Tratamento de água para abastecimento público.** Para aprender a controlar doenças de veiculação hídrica. Controle de qualidade e interpretação de resultados laboratoriais; princípios do tratamento; alternativas de sistemas para mananciais de superfície e subterrâneos; cálculos de dosagens e adequação de produtos químicos; controle operacional dos processos; e implantação de rotinas de trabalho.

De 17 a 19 de dezembro.

Custo de R\$ 450,00.

ITUVERAVA

Fafram/FE

(Faculdade Dr. Francisco Maeda)

Site: www.feituverava.com.br/fafram

E-mail: posfafram@feituverava.com.br

Telefone: (16) 3839-6200

• **Agronegócio e desenvolvimento sustentável.** Pós-graduação para quem quer uma visão global do setor, incluindo produção, comercialização e distribuição.

Com carga de 450 horas, inscrições abertas e início vinculado ao preenchimento mínimo de vagas. Preço de R\$ 450,00 na matrícula, mais 12 parcelas de R\$ 280,00.

SANTOS

Unisanta (Universidade Santa Cecília)

Site: www.unisanta.br

E-mail: posgraduacao@unisanta.br

Telefone: (13) 3202-7100, ramal 149

• **Engenharia de petróleo e gás natural.** O curso abrange as áreas de geologia, engenharia de poços, de reservatórios e de produção, processamento, logística e avaliação econômica de projetos da produção.

De 12 de janeiro de 2008 a 30 de junho de 2009, com carga de 456 horas. Aulas aos sábados, das 8h às 17h, e custo em 17 parcelas de R\$ 650,00.

SÃO PAULO

SEESP

Site: www.seesp.org.br

E-mail: oportunidades@seesp.org.br

Telefone: (11) 3113-2666

• **O que é coaching?** A palestra será ministrada pelo engenheiro João Luiz Cortez, especialista no assunto, e pela psicóloga Fernanda Lena, responsável pela área de Oportunidade e Desenvolvimento Profissional do SEESP. Dia 12 de dezembro, das 19h às 22h. O ingresso é um quilo de alimento não-percível.

Ibape (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo)

Site: www.ibape-sp.com.br

E-mail: ibapesp@ibape-sp.org.br

Telefone: (11) 3105-4112

• **Aspectos e perícias em registros públicos.** De 10 a 12 de dezembro, com carga de 12 horas, o curso visa apresentar conceitos e ferramentas disponíveis na área, acompanhados de estudo de casos práticos. Preço de R\$ 516,00.

Proenco Brasil

Site: www.proencobrasil.com.br

E-mail: proenco@proencobrasil.com.br

Telefone: 0800-2820704

• **Auditor ambiental.** Para obter a metodologia necessária ao exercício de auditorias ambientais. De 17 a 21 de dezembro, das 8h30 às 17h30, com custo de R\$ 2.500,00.

IE (Instituto de Engenharia)

Site: www.institutodeengenharia.org.br

E-mail: cursos@ie.org.br

Telefone: (11) 5574-7766

• **Durabilidade das estruturas de concreto.** O curso apresenta a nova norma NB1 e atualiza os participantes com toda a normalização brasileira para o concreto. Dia 13 de dezembro, das 8h às 18h, com preço de R\$ 240,00.

BIOCOMBUSTÍVEIS GANHAM PÓS NA UNESP

A UNESP (UNIVERSIDADE Estadual Paulista), *campus* de Botucatu, acaba de lançar a pós-graduação *lato sensu* “Gestão da cadeia produtiva de biocombustíveis com ênfase em biodiesel”. O curso acontece na Faculdade de Ciências Agrônômicas, com administração da Fepaf (Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais).

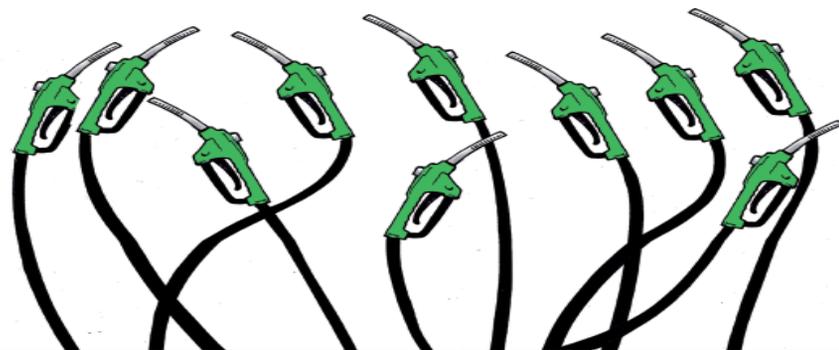
O objetivo da instituição é criar profissionais que atendam à demanda na área de gestão de processos envolvendo o setor, principalmente na capacitação da agricultura familiar, vista como potencializadora do desenvolvimento socioeconômico rural e regional.

Entre as disciplinas, que compoem as 466 horas de carga do curso, estão energia e biomassa; economia da produção; agricultura familiar e desenvolvimento rural; políticas públicas; sistemas de produção de culturas energéticas; logística e agroindustrialização; gestão de processos agrícolas e agroindustriais; sistemas de informação; mercado consumidor; prospecção tecnológica e metodologia científica. Todas estão voltadas à compreensão do movimento global em busca de fontes renováveis de energia e o papel brasileiro nesse contexto. O quadro docente é composto por pesquisadores da Unesp, da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), Apta (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios) e profissionais liberais.

As aulas acontecerão aos finais de semana, de 1º de março de 2008 a 10 de setembro de 2009. A carga prevê 90 horas de dedicação à monografia. O preço é de R\$ 80,00 para inscrição, R\$ 170,00 para matrícula e 15 parcelas de R\$ 745,00.

Mais informações podem ser obtidas no *site* www.fca.unesp.br, onde é possível preencher a ficha de inscrição, pelo telefone (14) 3811-7132 ou *e-mail* posgraduacao@fca.unesp.br.

Disciplinas estão voltadas à necessidade global de se buscar fontes de energia renovável e à compreensão do papel brasileiro nesse contexto.





Palestra na Unisantos

Zildete Prado



Dirigentes falam a formandos sobre sindicato e contratos de trabalho.

Os dirigentes da Delegacia do SEESP na Baixada Santista, Newton Güenaga Filho e Antonio Fernandez Ozores, respectivamente presidente e secretário da subsele regional, proferiram em 19 de novembro palestra na Unisantos (Universidade Católica de Santos) aos formandos dos cursos de engenharia. A iniciativa partiu do convi-

te do professor Cyro Raphael, também diretor da entidade sindical, que ministra a disciplina de empreendedorismo na instituição de ensino. Na ocasião, Güenaga apresentou o SEESP e sua delegacia na localidade, abordando sua história, principais conquistas e realizações. Já Ozores falou sobre os tipos de contratos de trabalho.

Acordos fechados

Valec – Em audiência no TST (Tribunal Superior do Trabalho), no dia 13 de novembro, o SEESP e demais representantes dos trabalhadores do setor fecharam acordo com a Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A (sucessora da extinta Rede Ferroviária Federal S/A). Além de garantir a data-base da categoria em 1º de maio e manter as cláusulas sociais preexistentes, esse abrange reajuste salarial de 3%.

Metrô – Em 23 de novembro, foi assinado acordo entre o sindicato e o Metrô. Destacam-se reajuste sobre os salários de 4,35%, retroativo à data-base (1º de maio), e de 3,09% sobre os benefícios, além de manutenção das cláusulas preexistentes.

Copa SEESP de Xadrez

Em 25 de novembro, aconteceu o 3º Torneio Aberto de Xadrez de Porto Ferreira, válido como décima etapa da IV Copa SEESP de Xadrez. Promovido por esse sindicato, através de sua delegacia em Rio Claro, com o apoio do Porto Ferreira Futebol Clube, o evento contou com 133 participantes. O grande campeão e troféu destaque foi Kildare Piassi, da cidade de Santa Bárbara D'Oeste, que terminou a competição invicto. A final da copa acontecerá no dia 16 de dezembro em Limeira. Maiores informações no *site* www.xadrezrapido.com.

Personalidades da Tecnologia 2007

Acontece em 14 de dezembro, a partir das 19h30, no auditório do SEESP (Rua Genebra, 25, Bela Vista, Capital/SP) a comemoração ao Dia do Engenheiro – 11 de dezembro. Como tradicionalmente ocorre, o sindicato concederá o prêmio Personalidade da Tecnologia 2007 aos profissionais que se destacaram no ano em suas áreas de atuação e contribuíram à retomada do desenvolvimento sustentável com justiça social – como propugna o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) e que tem a adesão do SEESP e demais entidades a ela filiadas. Em sua 21ª edição, agraciará desta vez os seguintes nomes: João Sérgio Cordeiro, presidente da Associação Brasileira de Ensino de Engenharia (na categoria



Educação); Sérgio Antonio Garcia Amoroso, presidente do Grupo Orsa (Indústria); Fernando de Castro Reinach, diretor executivo da Votorantim Ventures (Inovação); Paulo Nogueira-Neto, presidente emérito do WWF – Fundo Mundial para a Natureza (Meio ambiente); Eliezer Batista da Silva, vice-presidente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S/A (Desenvolvimento); e Marcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Valorização profissional).

Além da entrega do prêmio, em 2007, a cerimônia incluirá a posse dos membros do Conselho Tecnológico do SEESP, que deve discutir o desenvolvimento do território paulista, nos moldes do que propõe o “Cresce Brasil”. E ainda, haverá coquetel de encerramento. Maiores informações pelo telefone (11) 3113-2641.

O PERFIL DOS ENGENHEIROS PAULISTAS

O resultado de pesquisa que traça esse perfil ocupacional entre 1995 e 2005 foi divulgado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e SEESP em 28 de novembro, na sede desse sindicato – na ocasião, foi também apresentada síntese de estudo sobre o perfil do profissional de Segurança e Saúde no Trabalho, feito por alunos da Unip (Universidade Paulista).

Segundo o levantamento do Dieese/SEESP, baseado em dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho e Emprego, no período

analisado houve incremento de 17,59% no número de engenheiros –aquém, contudo, do necessário ao País se desenvolver. O Sudeste reúne a maior parte dos empregos da categoria – de 160.571 profissionais em 2005, 61,5% encontravam-se nessa região. Os postos de trabalho ainda se concentram na indústria, que absorvia 48% do total em 1995 ante 43% em 2005. Os setores de serviços e construção civil são os empregadores subseqüentes, sendo que no último houve queda na ocupação. A remuneração dos engenheiros também caiu. E embora ainda timidamente, cresceu a participação feminina na área, em especial na modalidade química.

Atualização da CLT na pauta

O deputado federal Cândido Vaccarezza (PT-SP) participou, em 12 de novembro, de atividade promovida pelo Conselho Sindical Regional da Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira. Na ocasião, ele explicou que o objetivo do grupo de trabalho da Câmara Federal que

preside não é promover reforma para retirar direitos, mas atualizar a lei. “Vamos pegar o que está fora da CLT (*Consolidação das Leis do Trabalho*), colocar ali e revogar aquilo que está dentro e é obsoleto. Então vamos deixar mais claro o que é direito e o que é dever, apenas isso”, salientou.

Diretor do SEESP assume Aecessp

Encabeçando a chapa “Trabalho, atuação e compromisso” no pleito realizado nos dias 12 e 13 de novembro, o novo presidente da Aecessp (Associação dos Engenheiros da Cesp) será Renato Becker, que também é diretor do SEESP. A ser empossado em janeiro de 2008, terá mandato de três anos. Atualmente à frente da entidade, o também diretor do sindicato, Osvaldo Passadore Junior comporá o conselho deliberativo da organização.

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 9173-0651 (11) 3284-9880

